

BIBLIOTECA JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES  
TRT4 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 4ª REGIÃO

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO  
Documentos Catalogados no Período de 01/03/2020 a 29/05/2020

---

LEIS FEDERAIS

BRASIL. [Lei Ordinária nº 13.982, de 2 de abril de 2020.](#)

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 13.989, de 15 de abril de 2020.](#)

Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

BRASIL. [Lei Ordinária nº 13.992, de 22 de abril de 2020.](#)

Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. [Lei Ordinária nº 13.993, de 23 de abril de 2020.](#)

Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 13.995, de 5 de maio de 2020.](#)

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 13.998, de 14 de maio de 2020.](#)

Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e dá outras providências.

BRASIL. [Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.](#)

Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

---

#### DECRETOS FEDERAIS

BRASIL. [Decreto nº 10.266, de 5 de março de 2020.](#)

Dispõe sobre a identidade funcional expedida pela administração pública federal.

BRASIL. [Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.](#)

Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

BRASIL. [Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020.](#)

Regulamenta a Lei nº 10.282, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e atividades essenciais.

BRASIL. [Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

BRASIL. [Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020.](#)

Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

BRASIL. [Decreto nº 10.328, de 28 de abril de 2020.](#) Altera o Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal.

BRASIL. [Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e atividades essenciais.

BRASIL. [Decreto nº 10.346, de 11 de maio de 2020.](#)

Declara a revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, dos decretos normativos listados.

BRASIL. [Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020.](#)

Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE para o Ministério da Economia.

BRASIL. Congresso Nacional. [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.](#) Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

---

#### MEDIDAS PROVISÓRIAS

BRASIL. [Medida Provisória nº 922, de 28 de fevereiro de 2020.](#)

Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimento - PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

BRASIL. [Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020.](#)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.

BRASIL. [Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020.](#)

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

BRASIL. [Medida Provisória nº 938, de 2 de abril de 2020.](#)

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de

março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

BRASIL. [Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020.](#)

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

BRASIL. [Medida Provisória nº 945, de 4 de abril de 2020.](#)

Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.

BRASIL. [Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020.](#)

Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

BRASIL. [Medida Provisória nº 951, de 15 de abril de 2020.](#)

Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.

BRASIL. [Medida Provisória nº 964, de 8 de maio de 2020.](#)

Altera a Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017, que dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta.

BRASIL. [Medida Provisória nº 966, de 13 de maio de 2020.](#)

Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.

---

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

BRASIL. Ministério da Economia. Gabinete do Ministro. [Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020.](#)

Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 6.137, de 3 de março de 2020.](#)

Torna obrigatória a utilização de certificado digital válido para a transmissão da declaração do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED por todos os estabelecimentos que possuem 10 (dez) ou mais trabalhadores. (Processo nº 19965.100032/2020-96).

BRASIL. Ministério da Economia Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 6.730, de 9 de março de 2020.](#)

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (Processo nº 19966.100073/2020-72).

BRASIL. Ministério da Economia Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 6.734, de 9 de março de 2020.](#)

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. (Processo nº 19966.10069/2020-12).

BRASIL. Ministério da Economia Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 6.735, de 10 de março de 2020.](#)

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos. (Processo nº 19966.100181/2020-45).

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial da Previdência e Trabalho. [Portaria nº 8.153, de 23 de março de 2020.](#)

Abre processo de consulta pública para apresentação de sugestões ao conteúdo da minuta de portaria que substituirá a Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para adequação à Emenda Constitucional nº 103 de 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 9.384, de 6 de abril de 2020.](#)

Altera a redação da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades. (Processo nº 19966.100270/2019-58).

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 9.471, de 2 de abril de 2020.](#)

Estabelece medida extraordinária e temporária quanto à comercialização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI de proteção respiratória para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). (Processo nº 19966.100318/2020-61).

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 10.486, de 22 de abril de 2020.](#)

Edita normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020 (Processo nº 19964.103985/2020-16). (RB=133179)

BRASIL. Ministério da Economia Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº](#)

**[11.347, de 6 de maio de 2020.](#)**

Estabelece os procedimentos e os requisitos técnicos para avaliação de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e emissão, renovação ou alteração de Certificado de Aprovação - CA e dá outras providências. (Processo nº 19966.100406/2020-63). (RB=133299)

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **[Portaria nº 11.503, de 7 de maio de 2020.](#)**

Revoga o § 1º do art. 4º da Portaria nº 3, de 26 de janeiro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para brasileiros. (Processo nº 19964.104667/2020-72). (RB=133300)

---

MINISTÉRIO DA SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. **[Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.](#)**

Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). (RB=133218)

---

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **[Orientação nº 9, de 13 de março de 2020.](#)**

Dispõe sobre a necessidade de as Corregedorias-Gerais dos ramos do Poder Judiciário nacional observarem medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras orientações.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **[Portaria nº 53, de 16 de março de 2020.](#)**

Institui comitê para o acompanhamento e supervisão das medidas de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus - Covid-19 tomadas pelos tribunais brasileiros.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **[Portaria nº 57, de 20 de março de 2020.](#)**

Incluir no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão o caso Coronavírus - COVID-19.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **[Portaria nº 74, de 6 de maio de 2020.](#)**

Institui grupo de trabalho para avaliar o impacto do novo Coronavírus - COVID-19, no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário em 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **[Resolução nº 308, de 11 de março de 2020.](#)**

Organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 309, de 11 de março de 2020.](#) Aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário - DIRAUD-Jud e dá outras providências. Fica revogada a Resolução CNJ nº 171, de 1º de março de 2013, e as demais disposições em contrário.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 313, de 19 de março de 2020.](#) Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo coronavírus - COVID-19, e garantir o acesso à justiça nesse período emergencial.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 314, de 20 de abril de 2020.](#) Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pela Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 315, de 22 de abril de 2020.](#) Dispõe sobre a padronização do conjunto de identificação de magistrado do Poder Judiciário.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 318, de 7 de maio de 2020.](#) Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pelas Resoluções nº 313, de 19 de março de 2020, e nº 314 de 20 de abril de 2020, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Recomendação nº 66, de 13 de maio de 2020.](#) Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento das ações que versem sobre o direito à saúde a adoção de medidas para garantir os melhores resultados à sociedade durante o período excepcional de pandemia da Covid-19.

BRASIL. Corregedoria Nacional da Justiça. [Recomendação nº 44, de 10 de março de 2020.](#) Dispõe sobre a edição, atualização e divulgação do calendário de feriados locais no âmbito da jurisdição dos Tribunais.

---

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato Conjunto nº 1, de 19 de março de 2020.](#) Suspende a prestação presencial de serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º

graus e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus como medida de emergência para prevenção da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19).

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato Conjunto nº 2, de 20 de março de 2020.](#) Altera o art. 3º, § 2º do Ato Conjunto CSJT.GP.GPV.GCCJT nº 1, de 19 de março de 2020, que suspende a prestação presencial de serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus como medida de emergência para prevenção da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19).

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato Conjunto nº 13, de 5 de março de 2020.](#) Estabelece procedimentos e prazos para abertura de créditos adicionais, no âmbito da Justiça do Trabalho, autorizados pela Lei Orçamentária de 2020, assim como para o remanejamento entre planos orçamentários.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato Conjunto nº 14, de 9 de março de 2020.](#) Estabelece procedimentos e prazos para solicitação e distribuição de recursos financeiros no âmbito da Justiça do Trabalho. (RB=133206)

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato Conjunto nº 15, de 20 de março de 2020.](#) Autoriza o adiamento do prazo para entrega das fichas de atualização cadastral dos magistrados, juízes classistas e servidores aposentados e dos pensionistas do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus no ano de 2020.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato Conjunto nº 16, de 25 de março de 2020.](#) Estabelece as diretrizes e procedimentos para a evolução e manutenção do Sistema PJE durante a pandemia do Novo Coronavírus e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato Conjunto nº 1, de 29 de maio de 2020.](#) Altera os artigos 7º, 8º e 12 do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16 de outubro de 2019, adequando-os ao disposto pelo E. Conselho Nacional de Justiça, no julgamento do PCA-0009820-09.2019.2.00.0000.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato nº 122, de 12 de março de 2020.](#) Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato nº 126, de 17 de março de 2020.](#) Suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho



quanto às atividades não essenciais e estabelece protocolo para a prestação presencial de serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas do Tribunal Superior do Trabalho, como medida de emergência para prevenção da disseminação do novo coronavírus (COVID-19).

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Ato nº 1, de 23 de abril de 2020.](#)

Regulamenta os prazos processuais relativos a atos processuais que demandem atividades presenciais, assim como a uniformização dos procedimentos para registro e armazenamento das audiências em áudio e vídeo e fixa outras diretrizes.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Ato nº 11, de 23 de abril de 2020.](#)

Regulamenta os prazos processuais relativos a atos processuais que demandem atividades presenciais, assim como a uniformização dos procedimentos para registro e armazenamento das audiências em áudio e vídeo, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2 graus.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Recomendação nº 2, de 12 de março de 2020.](#)

Recomenda às Corregedorias Regionais locais que, se necessário e em atenção às peculiaridades de cada comarca, determinem medidas hábeis a minorar os riscos de contágio e expansão do COVID-19 onde houver aglomeração de pessoas para a realização de audiências ou quando, notadamente, as varas sejam concentradas em prédio único.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Recomendação nº 3, de 17 de março de 2020.](#)

Resolve que as Corregedorias Regionais deverão adotar medidas que atendam às restrições constantemente divulgadas pelos Órgãos de Saúde, de acordo com a necessidade e as peculiaridades de cada comarca, bem como as atinentes à decretação de estado de emergência local, se for o caso.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST) Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Recomendação nº 4, de 18 de março de 2020.](#)

Recomenda às Corregedorias Regionais locais que suspendam os prazos processuais, no período de 18/3/2020 a 31/3/2020, com a possibilidade de prorrogação, considerando a situação epidemiológica.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST) Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Recomendação nº 5, de 18 de março de 2020.](#)

Recomenda às Corregedorias Regionais locais que adotem a pauta de trabalho remoto sugerida pelo Comitê Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista, envolvendo a priorização das atividades que lista.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST) Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Recomendação nº 6, de 23 de março de 2020.](#)

Recomenda às Corregedorias Regionais que não considerem o período de suspensão de prazos processuais para fins de desconto, suspensão ou interrupção dos prazos dos magistrados nos incisos II e III do artigo 226 do Código de Processo Civil.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST) Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Recomendação nº 7, de 2 de abril de 2020.](#)

Dá ciência aos Exmos. Corregedores dos Tribunais Regionais da decisão proferida nos seguintes termos: O art. 899, § 1º, da CLT permite o levantamento do depósito recursal, em cada caso concreto, após o trânsito em julgado da decisão judicial: "sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o salário-mínimo regional, nos dissídios individuais, só será admitido o recurso inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância. Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância de depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz."

---

#### CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Ato Conjunto nº 5, de 17 de abril de 2020.](#)

Prorroga as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) e dispõe sobre a suspensão de prazos processuais no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Ato Conjunto nº 6, de 5 de maio de 2020.](#)

Consolida e uniformiza, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, a regulamentação do trabalho remoto temporário, do funcionamento dos serviços judiciários não presenciais e da realização de sessões de julgamento telepresenciais, com o objetivo de prevenir o contágio pelo Novo Coronavírus - COVID-19, bem como garantir o acesso à justiça.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Ato nº 45, de 12 de março de 2020.](#)

Resolve que: Art. 1º Aplicam-se ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho as disposições do ATO DGSET.GP. Nº 122, de 12 de março de 2020.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Ato nº 47, de 17 de março de 2020.](#)

Aplicam-se ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que couber, as disposições do ATO GDSET.GP.Nº 126, de 17 de março de 2020, observando-se, durante o período, o

funcionamento em turno único, das 13 h às 19 h.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Ato nº 51, de 20 de março de 2020.](#)

Suspende a realização da Semana Nacional de Conciliação Trabalhista no mês de maio de 2020.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Ato nº 56, de 26 de março de 2020.](#)

Prorroga a suspensão dos prazos processuais no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Recomendação nº 1, de 20 de março de 2020.](#)

Recomenda a adoção de diretrizes excepcionais para o emprego de instrumentos de mediação e conciliação de conflitos individuais e coletivos em fase processual e fase pré-processual por meios eletrônicos e videoconferência no contexto da vigência da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Recomendação nº 2, de 25 de março de 2020.](#)

Prorroga por tempo indeterminado a vigência da Recomendação CSJT.GVP n. 01/2020, que trata da adoção de diretrizes excepcionais para o emprego de instrumentos de mediação e conciliação de conflitos individuais e coletivos em fase processual e fase pré-processual por meios eletrônicos e videoconferência no contexto da vigência da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

---

#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 3, de 27 de abril de 2020.](#)

Dispõe sobre a redistribuição de processos conclusos pendentes de prolação de sentenças de conhecimento.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região 4ª) (TRT4). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho (CRJT). [Portaria Conjunta nº 16, de 8 de maio de 2020.](#)

Regulamenta a realização de inspeções correccionais por meio remoto, no âmbito da Corregedoria e Vice-Corregedoria do Tribunal Regional da 4ª Região, como medida de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19).

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 1.047, de 9 de março de 2020.](#)

Altera a Portaria Conjunta nº 6.028/2014, que Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e disciplina os processos de inscrição e eleição de seus membros.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 1.107, de 11 de março de 2020.](#)

Dispõe sobre o Protocolo de prevenção e controle do novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do TRT da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 1.157, de 13 de março de 2020.](#)

Dispõe sobre a suspensão do expediente externo, das audiências e das inspeções periciais no período de 16 a 27 de março de 2020 e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 1.268, de 20 de março de 2020.](#)

Institui os regimes de plantão extraordinário e trabalho remoto integral e compulsório em todas as unidades judiciárias e administrativas da Justiça do Trabalho da 4ª Região, dispõe sobre a prorrogação de período de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 1.770, de 28 de abril de 2020.](#)

Dispõe sobre a manutenção de medidas restritivas decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a retomada do curso dos prazos processuais e das audiências no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Brasil Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 1.875, de 4 de maio de 2020.](#)

Fixa a data a partir da qual serão realizadas audiências unas e de instrução telepresenciais nas Varas do Trabalho e Postos Avançados da Justiça do Trabalho da 4ª Região, institui Grupo de Trabalho para apresentar proposta de regulamentação da coleta de prova oral em ambiente virtual seguro, e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 1.922, de 6 de maio de 2020.](#)

Altera a Portaria Conjunta GP.GCR.TRT4 nº 1.770, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre a manutenção de medidas restritivas decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a retomada do curso dos prazos processuais e das audiências no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria Conjunta nº 2.186, de 21 de maio de 2020.](#)

Dispõe sobre a realização de audiências telepresenciais nas Varas do Trabalho, Postos

Avançados e CEJUSCs durante a vigência dos regimes de plantão extraordinário e de trabalho remoto integral e compulsório instituídos pela Portaria Conjunta GP.GCR.TRT4 nº 1.268/2020.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 940, de 3 de março de 2020.](#)

Institui Grupo de Trabalho para adequação do TRT4 à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 133.709/2018.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.004, de 5 de março de 2020.](#)

Altera a Portaria nº 2.866/2016, que trata da instituição da Comissão de Movimentação de Servidores no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.011, de 6 de março de 2020.](#)

Altera o § do art. 1º da Portaria nº 1.322/2017 e o anexo único, para adequação aos termos da Resolução CNJ nº 235/2016 e recomposição dos integrantes do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes no âmbito do TRT da 4ª Região, respectivamente.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.126, de 13 de março de 2020.](#)

Dispõe sobre a criação do Gabinete Permanente de Emergência - COVID-19 no âmbito do TRT da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.406, de 31 de março de 2020.](#)

Dispõe sobre a possibilidade de realização de sessões de julgamento por videoconferência em todos os órgãos colegiados do TRT da 4ª Região, durante a vigência do Plantão Conjunta nº 1.268, de 20 de março de 2020.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.559, de 13 de abril de 2020.](#)

Altera a Portaria nº 1.126/2020, que dispõe sobre a criação do Gabinete Permanente de Emergência COVID 19 no âmbito do TRT da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.693, de 27 de abril de 2020.](#)

Altera a Portaria nº 3484/2015, que institui a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.736, de 24 de abril de 2020.](#)

Altera a Portaria nº 1.126/2020, que dispõe sobre a criação do Gabinete Permanente de

Emergência - COVID-19 no âmbito do TRT da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.740, de 27 de abril de 2020.](#)

Altera a Portaria nº 1.406/2020, que dispõe sobre a possibilidade de realização de sessões de julgamento por videoconferência em todos os órgãos colegiados do TRT da 4ª Região, durante a vigência do Plantão Extraordinário de que trata a Portaria Conjunta nº 1.268, de 20 de março de 2020.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 1.876, de 04 de maio de 2020.](#)

Altera a Portaria nº 1.698/2014, que regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a Resolução CNJ nº 169/2013 e dispõe sobre a retenção de encargos trabalhistas, encargos previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas por este Tribunal para prestar serviços com mão de obra residente em suas dependências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Provimento nº 1, de 6 de março de 2020.](#)

Regulamenta os pedidos de mediação e conciliação pré-processual de conflitos de natureza coletiva no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Provimento nº 2, de 2 de abril de 2020.](#)

Revoga o Provimento nº 05/2017, que instituiu o sistema de Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região e deu outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho (CRJT). [Provimento nº 273, de 3 de abril de 2020.](#)

Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para liberação de valores em processos findos, previamente ao arquivamento definitivo.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 5, de 17 de março de 2020.](#)

Interrompe o curso de todos os prazos processuais e regimentais, inclusive do sistema PJe, nas unidades administrativas e judiciárias de primeiro e segundo grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região, no período de 16 a 27 de março de 2020.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 6, de 18 de março de 2020.](#)

Referenda a decisão proferida pela Presidência do Tribunal nos autos do Processo Administrativo PROAD nº 3016/2020, que determinou a suspensão dos prazos processuais no dia 17 de março de 2020. Suspende o curso de todos os prazos processuais e regimentais, inclusive do sistema PJe, nas unidades administrativas e judiciárias de primeiro e segundo grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região, no período de 17 a 27 de

março de 2020. Anula a Resolução Administrativa nº 05/2020, com efeitos *ex tunc*.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 7, de 17 de abril de 2020.](#)

Dispõe sobre o Núcleo de Apoio à Execução no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 8, de 18 de maio de 2020.](#)

Altera a Resolução Administrativa nº 10/2016, que dispõe sobre os requisitos mínimos para ocupação das funções comissionadas de Assistente de Gabinete, Assistente de Juiz e Assistente Chefe de Seção.

---

#### ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). [Portaria nº 1, de 18 de março de 2020.](#)

Suspende por quinze dias, prorrogáveis em caso de necessidade, as atividades presenciais da ENAMAT, incluindo cursos e eventos, mantendo-se o ensino a distância.

---

#### ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). [Resolução nº 629, de 9 de março de 2020.](#) Aprova e atualiza a Norma Técnica que dispõe sobre a Atuação de Enfermeiro e de Técnico de Enfermagem em Hemoterapia.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). [Resolução nº 639, de 6 de maio de 2020.](#)

Dispõe sobre as competências do Enfermeiro no cuidado dos pacientes em ventilação mecânica no ambiente extra e intra-hospitalar.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia (CFF). [Resolução nº 685, de 30 de janeiro de 2020.](#) Regulamenta a atribuição do farmacêutico na prática da ozonioterapia.

---

#### DECRETOS ESTADUAIS

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.115, de 12 de março de 2020.](#)

Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.118, de 16 de março de 2020.](#)

Estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020.](#)

Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020.](#)

Institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.130, de 20 de março de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020, que declara situação de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.135, de 23 de março de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020, que declara situação de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências, e altera o Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, que institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.136, de 23 de março de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.



RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.149, de 26 de março de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.150, de 28 de março de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020.](#)

Reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.162, de 3 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.163, de 3 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, que institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.177, de 8 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.184, de 15 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.185, de 16 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.186, de 16 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, que institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID-19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.188, de 16 de abril de 2020.](#)

Institui Programa INOVA RS de Apoio ao Enfrentamento do COVID-19 (novo Coronavírus).

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.207, de 29 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, que institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID- 19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.208, de 23 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, que institui Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Conselho de Crise para o Enfrentamento da Epidemia COVID-19, Grupo Interinstitucional de Monitoramento das Ações de Prevenção e Mitigação dos efeitos do COVID- 19 no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e Centro de Operação de Emergência - COVID 19 (COE COVID-19) do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.220, de 30 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020.](#)

Institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.241, de 10 de maio de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade em todo o território estadual e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.247, de 17 de maio de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.248, de 17 de maio de 2020.](#)

Decreta a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.269, de 24 de maio de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.270, de 24 de abril de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

---